

HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Estudo Técnico Preliminar 106/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64581.015198/2025-81

2. Descrição da necessidade

O Hospital Militar de Área de Manaus Unidade Hospitalar de referência do Comando Militar da Amazônia, presta atendimento médico-hospitalar, odontológico e laboratorial aos militares da ativa e da reserva, pensionistas e servidores civis do Exército, além de Militares da Marinha, da Força Aérea e seus respectivos dependentes, totalizando mais de 50 mil usuários.

Esta Organização Militar de Saúde possui uma força de trabalho que é composto por militares e servidores civis, com efetivo aproximadamente de 600 (seiscentas) pessoas, que prestam serviços e atendimentos no Pronto Atendimento Médico, Unidade de Tratamento Intensiva e enfermarias que funcionam 24 horas por dia, possui ainda uma Divisão de odontologia, Ambulatório, Laboratório de Análises Clínicas, Seção de Fisioterapia, Unidade de Apoio ao Diagnóstico por Imagem, divisão de Oncologia e Cozinha (Rancho), que atendem em 03 (três) turnos. Às instalações do H Mil A Manaus possuem aproximadamente 18.000 m2 (dezoito mil metros quadrados) de área útil construída.

O H Mil A Manaus tem como objetivo prestar serviços de excelência à família militar e tem como um de seus valores o respeito ao cidadão. Para realizar um atendimento de excelência, é necessário que as instalações prediais estejam sempre em condições ideais de funcionamento. Dessa forma, a prioridade na prestação do referido serviço de manutenção é fundamental.

Para garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas da Administração Pública, de forma contínua, eficiente e confiável, em um ambiente salubre, as instalações precisará passar por uma eventual adequação nos mais diversos tipos de serviços para manutenção preventiva e corretiva, como adequações da rede elétrica, da rede hidrossanitária, pisos, revestimentos e louças em geral, pintura, reforma do telhado, esquadria, etc. Contudo, a execução dos diversos serviços de adequação das instalações, visa proporcionar um perfeito e seguro funcionamento dos mesmos, pois trata-se de instalações de utilização contínua cujo o não funcionamento acarreta na indisponibilidade de utilização de alguns setores para os pacientes.

A adequação das instalações deve ser compreendido com um conjunto de atividades desenvolvidas por pessoal técnico capacitado, visando conservar as instalações nas condições ideais de funcionamento. A não realização desta atividade pode causar descontinuidade dos serviços de atendimento essenciais para o cumprimento das ações finalísticas desta instituição, bem como, pode por em risco a integridade das edificações, equipamentos e do público atendido em suas em suas dependências. Essas instalações por serem antigas, apresentam paredes com mofo, Banheiros com infiltrações e o sistema da rede hidrossanitária entupida, portas e janelas de vidro temperado danificadas precisando de reposição e ferragens e acessórios necessitando de manutenção, adequação para a revitalização e padronização das portas e janelas em esquadria de alumínio para vidro temperado, rede elétrica comprometida com sobrecarga, etc.

Devido a impossibilidade para ser realizado algumas manutenções em diversas instalações do pavilhão superior, e térreo, recorrente a problemas de infiltrações, vazamentos hidráulicos, entupimento na rede hidrossanitária, pane elétrica, algumas instalações foram desativadas, causando transtornos para os pacientes, não podendo realizar internações, juntamente, causando um aumento nos encaminhamentos de pacientes para as OCS onerando um alto custo financeiro para a administração pública.

Faz-se necessário a contratação para que não ocorra também a interrupção no funcionamento dos atendimentos aos usuários, o que colocaria em risco a falta de atendimento e a saúde pública.

Sendo assim, os serviços comuns de engenharia a serem realizados, visam a reparação e a manutenção das edificações localizados na Guarnição de Manaus, com o intuito de garantir plena capacidade e condições de uso, preservando as características e desempenhos, mantendo o estado de uso, bem como, na recuperação deste estado, e ainda manter o patrimônio da União.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	LUCAS SCHEIDEGGER FERREIRA PASSOS - Cap

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a referida contratação faz-se necessário elaborar, por parte da Fiscalização Administrativa do Hospital Militar de Área de Manaus, o Termo de Referência e seus anexos. Já para a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, providenciar Edital, submeter à CJU e realizar processo licitatório.

O objeto a ser contratado é caracterizado como SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA destinados a obter determinada utilidade de interesse para a administração, tais como: serviços técnicos profissionais, serviços auxiliares, instalações elétricas de baixa tensão, revestimentos, pinturas, esquadrias, divisórias, instalações hidrossanitárias e cobertura, com técnicas exclusivas para a sua execução de que trata a Lei 14.133/21.

O serviço não se enquadra em natureza continuada, pois não são necessários à Administração, no desempenho de suas atribuições, que caso seja interrompido, não comprometem a continuidade das atividades, sendo assim a contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro.

Os serviços de engenharia enquadram-se como serviços comuns, conforme estabelecido no parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante.

A Executante dos serviços de engenharia contratados pelos Órgão GERENCIADOR e PARTICIPANTES, sendo parte integrante dos serviços de manutenção a instalações elétricas de baixa tensão, revestimentos, pinturas, esquadrias/divisórias, instalações hidrossanitárias e cobertura de imóveis do Exército na guarnição de Manaus/AM, deverá obedecer a parâmetros que se enquadrarão com o bom aspecto de execução de serviços, assim como a contratação de pessoal habilitado para cada tipo de serviço a ser solicitado.

Deverá ser emprego materiais nacionais, novos, de primeira qualidade (assim entendida a gradação de qualidade superior, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto) e de acordo com as especificações da ABNT, sendo expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao previsto.

A execução do serviço deverá ser realizado com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas às atividades da Contratada, observadas as leis em vigor, deverão ser observados os requisitos de segurança com relação as redes elétricas, máquinas, andaimes (NORMA REGULAMENTADORA Nº 35 - NR35. TRABALHO EM ALTURA) e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.

Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham incidir sobre a execução dos serviços. Responsabilizar-se pelos danos causados ao Hospital Militar de Área de Manaus ou a terceiros provenientes da execução do serviço.

A contratada deverá empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo vedado sub empreitar totalmente os serviços especializados, uma vez que comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização junto ao Órgão Central do Sistema de Engenharia.

5. Levantamento de Mercado

As soluções encontradas para atender a demanda citada no item IV desse referido estudo é a ATA de registro de preço pela modalidade pregão em conformidade com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. Isso se deve ao fato do Tribunal de Contas da União já ter apresentado ponderação de que obras complementares aos serviços de manutenção predial, conforme a metodologia de atuação são considerados agregados aos referidos serviços e não são impeditivos de serem licitados pela modalidade Pregão por Registro de Preços, a exemplo dos Acórdãos 959/2012 e 1.339/2012, ambos do Plenário.

No caso abrindo ampla concorrência, barateando o custeio para administração pública.

A necessidade de manutenção das estruturas merece destaque especial principalmente pela diversidade de atividades que uma eventual intervenção apresenta no âmbito militar, o que, via de regra, por sua indubitável fungibilidade, pode classificá-lo como serviço comum, como já sumulou a Corte de Contas, tornando-os licitáveis pela modalidade Pregão. A rotina a ser desenvolvida na manutenção dessas estruturas estará intimamente ligada à pluralidade de intempéries, às características construtivas diversas, aos climas e biomas do território nacional. Muito embora seja uma atividade regulamentada por Lei (5.194/66) e que produz limitações constitucionais do livre exercício de profissões, por demandar Anotação de Responsabilidade Técnica, prazos de conclusão, cronograma de realização, metodologia customizada – considerando que cada intervenção irá obedecer a topografia específica, infraestrutura existente e impossibilidade amostral prévia. Por tais razões, no caso concreto, a tipificação da atividade, não menos importante ao fato de os imóveis, objeto da licitação, possuírem, em sua maioria, mais de 40 (quarenta) anos de construídos, encontrará maior lastro legal como serviços especializados comuns de manutenção predial corretiva e preventiva.

6. Descrição da solução como um todo

Registro de preço para eventual contratação de empresas para execução de Serviços Comuns de Engenharia para Manutenção das Instalações, inerentes à manutenção corretiva ou preventiva, com fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas levantadas no processo licitatório, sendo divisíveis e independentes entre si, Sob responsabilidade do Hospital Militar de Área de Manaus, em proveito das instalações de suas edificações.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades e necessidades foram baseadas em levantamento de campo dos problemas existentes e necessidades de manutenção nas edificações do Hospital Militar de Área de Manaus, Posto Avançado de Fisioterapia e possíveis Órgãos Participantes não representando mais que 35% do quantitativo total das edificações.

O quantitativo de serviço sob demanda será conforme apresentado no Termo de Referência e anexo do Apêndice I.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.558.301,18

Para a elaboração da planilha orçamentária, como se tratam de serviços comuns à Construção Civil, a Administração utilizou o software OrçaFascio que é baseado nos valores de referência da tabela SINAPI, permitindo maior flexibilidade por parte das empresas licitantes.

Para os itens presentes na planilha orçamentaria sem referência na base de dados do SINAPI, foi confeccionado novas composições tomando como base outros bancos de dados entretanto, ocorrendo a substituição da mão de obra pela mesma referencia no SINAPI, mantendo os mesmos coeficientes da composição original. Essas composições são apresentadas em separada no Processo.

O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.558.301,18 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e um reais e dezoito centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A estruturação deverá ser por GRUPO, sendo feita pela conveniência e economia na gestão, interdependência dos serviços, na vantajosidade econômica, na inviabilidade fática de contratação parcelada e no gerenciamento e controle na execução dos serviços. O procedimento efetuado por meio de agrupamento acarretará uma maior racionalização quanto ao número de contratos que poderão advir do processo licitatório, evitando que suas gestões e fiscalizações demandem elevado número de servidores.

Considerando que os imóveis objeto das manutenções preventivas e corretivas estão em uso, mostra-se recomendável que a execução dos serviços ocorra no menor espaço de tempo possível. Onde, em sua maioria, encontram-se com mais de 70 (setenta) anos de existência, apresentando problemas estruturais, patológicos e desgastes das instalações elétricas, hidráulicas e sanitária, além das necessidades de manutenções em áreas comuns dentro do âmbito militar.

Os serviços aqui especificados podem ser classificados como serviços comuns, estando os mesmos enquadrados no Decreto nº 5.450/2005 e nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002. O Art. 3 do Decreto 11462, de 31 de março de 2023, que trata do Sistema de Registro de Preços, embasa a decisão por esta modalidade, por tratar-se de: Inciso I - “quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes e frequentes”; Inciso II - “quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida com quantidade de horas de serviço, posto de trabalho ou em regime de tarefa”; Inciso III - “quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma, inclusive nas compras do governo”; ou Inciso V - “quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”.

Assim, como os negócios são feitos com divisão para cada uma das unidades da federação, vinculados ao SINAPI, contendo as fases de Inspeção Predial como iniciais da execução dos serviços e agregando método similar ao que a melhor técnica de manutenção é prevista, dividindo-se também a similaridade com os custos de locais com pluridemandas, a verificação das condições de mercado ratificam os conceitos necessários para se dar veracidade e plausibilidade das conclusões que este estudo demonstra sobre a forma e sobre os métodos que se pretende na contratação, inclusive sob as óticas de volume, especificações e quantidades.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Para execução do serviço de manutenção não será necessário à contratação de outras empresas e ou adquirir outros materiais que não estejam no item no processo licitatório.

A equipe de fiscalização dos serviços de engenharia a serem executados deverá fazer parte do corpo técnico de cada unidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Presente contratação está alinhada com o Planejamento anual de contratações desta Organização Militar, tendo em vista que é necessária suprir a demanda de serviços de obras e melhorias nas instalações desta Unidade Gestora e os itens e as quantidades que não se enquadram foram demandas que surgiram após a elaboração do respectivo plano.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A manutenção será preventiva e corretiva, tendo como objetivo, em ambos os casos, minimizar gastos desnecessários para Administração, conforme conceito estabelecido pela NBR 5462:1994 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

2.8.9 Manutenção controlada/Manutenção preditiva Manutenção que permite garantir uma qualidade de serviço desejada, com base na aplicação sistemática de técnicas de análise, utilizando-se de meios de supervisão centralizados ou de amostragem, para reduzir ao mínimo a manutenção preventiva e diminuir a manutenção corretiva.

Do ponto de vista dos gestores da administração pública, a manutenção adequada – preventiva – em seu imóvel traz inúmeros benefícios. Além de promover a valorização do bem no mercado imobiliário, a manutenção preventiva vai acarretar em um aumento da vida útil da edificação, melhoria no desempenho de equipamentos e instalações em geral, além de garantir a segurança, o conforto e a economicidade a para a administração pública e para todos os indivíduos que utilizam as instalações. Outro aspecto importante da manutenção preventiva é que, além de aumentar a vida útil do imóvel, ela evita a perda de garantia da edificação uma vez que, segundo o Código de Defesa do Consumidor, o uso inadequado do bem isenta o construtor da responsabilidade sobre o defeito ou a anomalia que porventura vierem a acontecer.

Não menos importante a manutenção Predial Corretiva é a manutenção efetuada após a ocorrência de uma pane, destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida, a não correção do problema desencadeia outras anomalias, podendo causar graves patologias, custos mais elevados à administração.

A demanda individualizada para a emissão das ordens de serviço visa profissionalizar e pactuar as metas institucionais dos planos plurianuais voltados para a obediência aos orçamentos. Com isso, será validado pelo ciclo de políticas públicas.

Importante salientar que o Hospital militar de Área de Manaus não dispõe em seu quadro técnico de profissionais com para execução know-how dos serviços específicos pleiteados.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Nas manutenções preventivas:

- Será necessária a verificação por parte do corpo técnico especializado para análise de possíveis problemas;
- O Corpo técnico da Organização militar deve ser composto de Engenheiros e técnicos nas áreas de construção civil, para que estes consigam fazer análises dos serviços a serem executados, sem erros de análise e/ou de quantitativos de serviços, dentro do critério de conveniência e oportunidade;
- O Corpo técnico da Organização Militar solicitante providenciará as solicitações de serviço dos itens almejados para as manutenções e encaminhará para requerimento de empenho que servirá como contrato de serviços;
- Unido do empenho/contrato de serviço, os técnicos responsáveis, encaminharão a contratada a Ordem de execução de serviço, autorizando o início dos serviços ora pleiteados.
- Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório, consoantes critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório;
- O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções eventualmente exigíveis;
- A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscalização técnica designada, acompanhados dos profissionais encarregados pela contratada, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

- Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas;
- A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no relatório de pendência de serviço emitido pela fiscalização no Termo de Recebimento Provisório;
- Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários;
- O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

13.2 Nas manutenções corretivas:

- Será necessária a verificação e emissão de relatório, por parte do corpo técnico especializado da organização militar para análise dos problemas elencados por qualquer militar que observe anomalias que comprometem o bom funcionamento do seu local de trabalho ou moradia;
- O Corpo técnico da Organização militar deve ser composto de Engenheiros e técnicos nas áreas de construção civil, para que estes consigam fazer análises dos serviços a serem executados, sem erros de análise e/ou de quantitativos de serviços, dentro do critério de conveniência e oportunidade;
- O Corpo técnico da Organização Militar providenciará as solicitações de serviço dos itens almejados para as manutenções e encaminhará para requerimento de empenho que servirá como contrato de serviços;
- Unido do empenho/contrato de serviço, os técnicos responsáveis, encaminharão a contratada a Ordem de execução de serviço, autorizando o início dos serviços ora pleiteados;
- Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório, consoantes critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório;
- O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções eventualmente exigíveis;
- A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscalização técnica designada, acompanhados dos profissionais encarregados pela contratada, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;
- Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas;
- A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no relatório de pendência de serviço emitido pela fiscalização no Termo de Recebimento Provisório;
- Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários;
- O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

Com o intuito de evitar possíveis impactos ambientais, tendo em vista as características peculiares da atividade hospitalar, o H Mil A Manaus possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), sendo este atualizado anualmente e dispondo de Comissão de Gestão Ambiental para acompanhamento da correta execução do PGRSS. Além disso, tem contratos firmados e vigentes com empresas especializadas nos serviços de coleta, transporte e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde (grupos A, B e E), gerados pelo H Mil A Manaus.

Ademais, em toda contratação de aquisição de material o H Mil A Manaus preconiza que os seus fornecedores sigam os critérios descritos abaixo:

Critérios ambientais:

- As embalagens dos produtos deverão ser, preferencialmente, fabricadas com materiais reciclados ou que possam ser reciclados. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que Destroem a Camada de Ozônio abrangidas pelo Protocolo de Montreal;
- A comprovação da destinação de resíduos de obra com do Certificado de Destinação Final (CDF), conforme a legislação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a Resolução CONAMA nº 307/2002, que estabelece as diretrizes para a gestão dos resíduos de construção;
- A comprovação da origem de madeira, através do Documento de Origem Florestal (DOF), licenciamento obrigatório previsto na Lei nº 12.651/2012 (Lei de Proteção da Vegetação Nativa). O DOF é emitido eletronicamente pelo Ibama e deve acompanhar a madeira nativa até o seu beneficiamento final, garantindo a rastreabilidade e a procedência legal do produto. Regulamentado pela Lei nº 12.651/2012 (Lei de Proteção da Vegetação Nativa) e Instrução Normativa Ibama nº 21/2014.

Critérios Sociais:

- A empresa vendedora não poderá ter em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) ano sem trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988.

Ressalta-se que não há na execução do serviço a utilização de produtos cuja fabricação é enquadrada como atividade potencialmente poluidora conforme IN IBAMA nº 13, de 23/08/21.

A contratada deverá atender os requisitos do Plano de Logística Sustentável - PLS desta OMS conforme Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Nos termos da legislação em vigor, caso as especificações deste Estudo Técnico sejam cumpridas, entendemos ser viável a contratação sob sistema de registro de preços. O impacto orçamentário-financeiro calculado permite a sua revisão, inclusive após o diagnóstico e os resultados da manutenção preventiva, que irão reduzir as demandas de manutenção corretiva.

Todas as informações relativas ao processo deverão, nos termos da Lei 12.527/11, estar disponíveis para qualquer interessado, não havendo qualificação de sigilo para as atividades. Concluído o presente estudo técnico preliminar, passar-se-á ao quadro de riscos, para fins de conclusão dos trabalhos e deliberações das autoridades competentes para o seguimento da demanda.

Devido a grande demanda de serviços diversos nos imóveis do Hospital Militar de Área de Manaus, compreendendo: Posto Avançado de Fisioterapia, faz-se necessário a elaboração deste certame licitatório com o intuito de contratar empresas especializadas para as respectivas prestações de serviços não continuados sob a responsabilidade do Hospital Militar de Área de Manaus.

Esse Estudo Técnico Preliminar foi subscrito por profissional da área de arquitetura e Urbanismo, que assina como Apoio Técnico e Membro da Comissão de Planejamento da Contratação, devidamente registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAULO RAFAEL DUTRA BESSA

Membro da comissão de contratação

MARCIO DE LIMA SILVEIRA

Membro da comissão de contratação

REGIVALDO ARAUJO DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

LUCAS SCHEIDEGGER FERREIRA PASSOS

Membro da comissão de contratação

Despacho: APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar referente a eventual contratação de empresas para execução de Serviços Comuns de Engenharia para Manutenção de bens imóveis.

ALESSANDRO SARTORI THIES

Ordenador de Despesas do H Mil A Manaus

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLS_HMAMassinado.pdf (747.94 KB)